

JOSÉ MAURÍCIO DE LIMA NOLASCO

Presidente do Tribunal
de Contas do Estado
do Rio de Janeiro

O que mais preocupa não é nem o grito dos violentos, dos corruptos, dos desonestos, dos sem-caráter, dos sem-ética. O que mais preocupa é o silêncio dos bons.

Martin Luther King

O Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro foi contemplado com três excelentes trabalhos de estudiosos sobre o tema ÉTICA, visto sob ângulos diferenciados, estudos esses que fazem parte desta edição e integrarão o acervo da Biblioteca desta Corte. São eles: "CONTROLE DA ÉTICA NA ERA DO RISCO", contribuições periféricas à reflexividade contemporânea, de Wanda Claudia Galluzzi Nunes, Analista de Controle Externo deste Tribunal e Mestre em Ciências Jurídicas; "A AUDITORIA GOVERNAMENTAL E O CONTROLE SOCIAL", sob o prisma da ética na gestão pública, de autoria de Aline Medeiros Santos Rocha, Técnico Administrativo da Câmara Municipal de Araruama e Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela UFRJ; e "A AUDITORIA DA ÉTICA": nova visão da auditoria governamental na sua contribuição para o controle social, de

Heloisa Helena Santos Teixeira, Chefe de Divisão na Secretaria Municipal de Saúde de Piraí e Especialista em Auditoria e Controladoria e Mestranda em Gestão e Estratégia de Negócios, na UFRRJ.

O primeiro desses estudos, no dizer da sua autora, "...examina as possibilidades de controle da ética na gestão pública por parte dos Tribunais de Contas em parceria com a sociedade civil, com base nos conceitos de reflexividade propostos por Anthony Giddens e Ulrich Beck, e de centro/periferia, propostos por Immanuel Wallerstein. O objetivo é demonstrar como a interação entre atores nas ações de fiscalização, fenômeno crescente hoje na América Latina, pode contribuir para a consolidação de formas mais eficientes e legítimas de atuação na esfera pública, especialmente no que se refere ao controle da moralidade...";

O segundo, conforme sua autora, "...tem como finalidade demonstrar o papel atual desempenhado pela Auditoria junto à administração pública, buscando-se evidenciar a natureza preventiva assumida hodiernamente pela Auditoria, que, pautada na conduta ética e visando a uma maior eficiência na gestão pública, deixou de ser um mero gerenciador de crises para se transformar em um mecanismo mais atuante em todo procedimento administrativo...";

O terceiro, resume a autora, "A preocupação com a ética pública ressurgiu, com grande ênfase, na agenda política das nações devido aos efeitos perversos que resultam da sua inexistência, deixando de ser vista apenas como um problema moral e passando a ser percebida como ameaça à ordem econômica, à organização administrativa e ao próprio Estado de Direito. Essa preocupação fez surgir o que no Brasil chamamos de Gestão da Ética Pública, um instrumento de controle cuja finalidade é prestar contas aos cidadãos, que exercem o controle social quanto à conduta do Gestor Público e seus agentes. Os resultados da Auditoria da Ética indicam não apenas a aderência aos padrões, mas também podem ser usados para melhorar a gestão da ética e a compreensão dos funcionários sobre os padrões éticos. As ferramentas metodológicas abrangem a avaliação da implementação, os códigos de conduto e auto-avaliação organizacional."

Esses trabalhos, o leitor terá a oportunidade de conferir, convergem para o ponto central que é a ética e a moralidade no trato com a coisa pública, postura essa que sempre deve ser cobrada do administrador público não só pelos Tribunais de Contas como pela própria sociedade.

No momento em que o país atravessa uma avalanche de desmandos, menosprezo aos valores morais e éticos do administrador público e ausência de compromisso no trato com a coisa pública, o que felizmente não se pode generalizar – o cenário político está aí para todo mundo ver –, estudos como esses que se direcionam ao resgate desses valores vêm em boa hora à reflexão de todos nós.

José Augusto de Assumpção Brito

Diretor-Geral da Escola de Contas e Gestão – ECG/TCE-RJ

Esta edição da Revista Síntese, além dos artigos oriundos dos trabalhos vencedores do Prêmio Ministro Gama Filho, também contempla artigos de Servidores do TCE-RJ que finalizaram o Curso Intensivo de Pós-Graduação em Administração Pública — CIPAD, cujos textos foram elaborados a partir dos seus trabalhos de conclusão.

No artigo *A Educação Fiscal e o Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro: ações para a promoção da cidadania*, Mozart Chammas do Nascimento analisa a importância da educação na formação dos indivíduos e da sociedade, expondo o conflito entre o Estado e o cidadão. Relata pesquisa realizada junto à Secretaria de Estado de Fazenda e à Escola de Contas e Gestão do TCE-RJ, estabelecendo ações que este Tribunal poderá exercer visando à promoção e institucionalização da educação fiscal para o pleno exercício da cidadania.

O artigo *Desenvolvimento Sustentável: um caminho para os recursos provenientes dos Royalties do Petróleo*, de Adriana Lopes de Castro, Manuel Trigo Ferreira e Regina Maria Themistocles Esperança, faz um levantamento das legislações a respeito dos *royalties* do petróleo e do gás natural com o objetivo de apontar as possibilidades e/ou limitações da sua aplicação para o desenvolvimento sustentável. O trabalho apresenta uma análise da evolução da receita proveniente dos *royalties*, no período compreendido entre 2002 e 2006, nos oito municípios maiores beneficiários, indicando o impacto nos seus respectivos orçamentos municipais. Aponta, ao final, algumas recomendações e alertas aos municípios possuidores desta arrecadação, principalmente em razão do alto grau de dependência a ela.

No artigo *A Representação Social das Auditorias realizadas pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro (TCE-RJ), mantida por seus auditores*, Geane de Figueiredo Porto Ferreira e Toneypson da Silva Abreu discorrem sobre a atividade de auditoria governamental realizada pelo TCE-RJ, que constitui uma prática social em transformação. Os autores, utilizando-se de referencial teórico-metodológico desenvolvido a partir da Teoria das Representações Sociais, acessaram as categorias de cognições verbalizadas e classificadas pelos servidores envolvidos no planejamento e/ou na realiza-

ção de auditorias *in loco* há mais de três anos. Os resultados apontaram para uma dicotomia, revelada pelos sujeitos da pesquisa, entre os modelos de controle externo, com categorias associadas a cada um deles distribuídas em pólos distintos da representação social. Verificaram-se, ainda, significativas relações de antagonismo entre descrições e desejos para algumas categorias.

Os artigos apresentados representam um somatório de conhecimentos criados, tanto por técnicos do Tribunal como por outros técnicos da Administração Pública, que possuem um mesmo objetivo: a geração de reflexões que dêem origem ao pensar de uma nova prática pública.